

## Aprovado ETIAS

Os cidadãos de países terceiros isentos da **obrigação de visto** vão passar a necessitar de uma **autorização de viagem** para entrar no espaço Schengen, de acordo com nova legislação europeia.

ver pág.7

## Direitos de Autor

O **plenário rejeitou** o mandato de negociação da comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos sobre a proposta relativa aos **direitos de autor**, decidindo votar alterações ao texto em setembro, por 318 votos contra, 278 a favor e 31 abstenções.

ver pág.7

## Presidente de Angola

O **Presidente de Angola, João Lourenço**, em intervenção no plenário do Parlamento Europeu, salientou a importância da cooperação com a União Europeia (UE) na procura de soluções para a crise migratória e a situação económica em África.

ver pág.5

em destaque:

## Conselho Europeu insatisfatório

Num debate em plenário com os presidentes do Conselho Europeu, **Donald Tusk**, e da Comissão, **Jean-Claude Juncker**, a maior parte dos oradores criticou os líderes europeus pela sua **incapacidade em alcançar acordos** relevantes para **melhorar a gestão dos fluxos migratórios** e a situação dos requerentes de asilo. Os eurodeputados temem que as mortes no Mediterrâneo irão continuar com esta falta de progressos.

No início do debate, o presidente do Parlamento Europeu (PE), Antonio Tajani, lembrou que o PE está à espera, há muito tempo, para iniciar as negociações com os Estados-Membros sobre a **reforma do regulamento de Dublin**, instando o Conselho a adotar uma posição comum por maioria qualificada. Tajani afirmou que a proposta do PE *“é um excelente ponto de partida”*, equilibrada e que foi aprovada por uma ampla maioria em plenário.

Carlos Coelho afirmou:

*“Todos sabemos que o controlo das nossas fronteiras externas não é o verdadeiro problema: no entanto esse é o resultado da Cimeira. Falta uma abordagem europeia, falta solidariedade entre os Estados-Membros e o Conselho regrediu: regredimos para “soluções” eticamente duvidosas e meramente voluntárias.*

(...)

*Os Estados-Membros continuam a pensar de eleição em eleição. Uma solidariedade “à la carte” é o real problema que assola a Europa.”*

ver pág.3

<b>Índice</b>	
<b>Abertura da sessão.....</b>	<b>3</b>
<b>Eurodeputados deploram falta de avanços concretos no último Conselho Europeu.....</b>	<b>3</b>
<b>Presidente de Angola apela à UE a uma maior cooperação nas migrações e economia.....</b>	<b>5</b>
<b>Estado de direito e economia dominam debate com primeiro-ministro da Polónia.....</b>	<b>6</b>
<b>Direitos de autor: Parlamento Europeu vota emendas ao texto em setembro....</b>	<b>7</b>
<b>Segurança interna: PE aprova novo sistema europeu de informação e autorização de viagem.....</b>	<b>7</b>
<b>Venezuela: PE apela a ajuda urgente para pessoas que fogem para países vizinhos.....</b>	<b>8</b>
<b>Ordem da sessão.....</b>	<b>12</b>

*Siglas dos Grupos Políticos:*

**PPE**- Partido Popular Europeu  
**S&D**- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas  
**ALDE**- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa  
**Verdes/ALE**- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia  
**CRE**- Conservadores e Reformistas Europeus  
**CEUE/EVN**- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica  
**ELDD**- Europa da Liberdade e da Democracia Directa  
**ENF**- Europa das Nações e da Liberdade

*Responsável: Fernando Vaz das Neves*

*Fontes:*

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site [www.carloscoelho.eu](http://www.carloscoelho.eu)*

## Abertura da sessão

**O presidente do Parlamento Europeu (PE), Antonio Tajani, recordou Nelson Mandela, assinalando o centenário do nascimento do antigo líder da África do Sul.**

Antonio Tajani prestou homenagem a Nelson Mandela, laureado com o Prémio Sakharov do PE em 1988. No dia 11 de julho, será realizado um concerto em sua honra no PE (espaço Yehudi Menuhin), em Bruxelas, organizado conjuntamente com a missão da África do Sul junto da UE e que contará com a presença da viúva do antigo estadista sul-africano, Graça Machel.

Na abertura da sessão plenária, o presidente do PE condenou também os ataques contra a comunidade cigana (Roma) na Ucrânia, em 23 de junho, que resultou na morte de um jovem de 24 anos e que deixou outros feridos. Tajani relembrou que os laços entre a UE e a Ucrânia são baseados em valores comuns, incluindo, em particular, os direitos das minorias, e enviou as suas condolências às famílias das vítimas.

### **Anúncio da abertura de negociações com o Conselho**

Os pedidos das comissões parlamentares para encetarem negociações interinstitucionais, ao abrigo do Artigo 69.º-C do Regimento do PE, estão publicados na página Web da sessão plenária.

## Eurodeputados deploram falta de avanços concretos no último Conselho Europeu

**Os resultados da última cimeira europeia foram insatisfatórios para a maioria dos eurodeputados, que lamentaram a falta de progressos na reforma do sistema de asilo e na união monetária.**

Num debate em plenário com os presidentes do Conselho Europeu, Donald Tusk, e da Comissão, Jean-Claude Juncker, a maior parte dos oradores criticou os líderes europeus pela sua incapacidade em alcançar acordos relevantes para melhorar a gestão dos fluxos migratórios e a situação dos requerentes de asilo. Os eurodeputados temem que as mortes no Mediterrâneo irão continuar com esta falta de progressos.

No início do debate, o presidente do Parlamento Europeu (PE), Antonio Tajani, lembrou que o PE está à espera, há muito tempo, para iniciar as negociações com os Estados-Membros sobre a reforma do regulamento de Dublin, instando o Conselho a adotar uma posição comum por maioria qualificada. Tajani afirmou que a proposta do PE “*é um excelente ponto de partida*”, equilibrada e que foi aprovada por uma ampla maioria em plenário.

Os eurodeputados manifestaram também a sua frustração relativamente ao aprofundamento da União Económica e Monetária, lamentando que, dez anos após a crise financeira, os líderes europeus ainda não tenham sido capazes de avançar em vários domínios para evitar novas crises.

### **Intervenções de Eurodeputados Portugueses:**

**Carlos Coelho (PPE)** “*No último mês, morreram cerca de 400 pessoas no Mediterrâneo, a tentar chegar à Europa. Por outro lado, no dia 1 de Julho, 32 pessoas entraram*

*irregularmente na Itália. Nenhuma pessoa na Grécia. Os números são exatos e fornecidos pelas Nações Unidas e demonstram uma tendência que não é nova (o próprio Conselho reconhece uma diminuição de 95% nas entradas ilegais). Todos sabemos que o controlo das nossas fronteiras externas não é o verdadeiro problema: no entanto esse é o resultado da Cimeira. Falta uma abordagem europeia, falta solidariedade entre os Estados-Membros e o Conselho regrediu: regredimos para “soluções” eticamente duvidosas e meramente voluntárias. A que se junta o anúncio surreal e sem consequência, do negócio CDU/CSU. Em lugar de uma distinção justa entre refugiados e migrantes, colocamos tudo no mesmo saco e, lamentavelmente, nos mesmos “campos”. Os Estados-Membros continuam a pensar de eleição em eleição. Uma solidariedade a la carte é o real problema que assola a Europa. A minha pergunta é simples: Quando iremos condicionar fundos e Schengen à participação no esforço comum de um Espaço europeu de asilo?”*

**Paulo Rangel (PPE)** *“Senhora Presidente, Senhor Presidente do Conselho, Senhor Comissário, primeiro ponto, que acho essencial, é introduzir alguma calma e alguma tranquilidade neste debate. Este ano, o número de migrantes e de refugiados não é alarmante e, por isso, devia-nos permitir tomar uma decisão e um conjunto de resoluções com calma e pensados para o médio prazo.*

*Há um facto que é indesmentível: a demografia é a única ciência social exata e os números falam por si. Não vai haver controlos nem vai haver barreiras que possam parar este movimento e, por isso, temos de ter controlo sobre o processo e, para isso, temos de apostar em soluções de médio prazo. Uma é reforçar a guarda costeira e de fronteiras de modo muito, muito, muito robusto, e outra é um Plano Marshall para África. Sem um Plano Marshall para África, não vai haver solução para este problema.*

*A Europa, em tempos, beneficiou de um Plano Marshall dos Estados Unidos. Chegou agora o nosso tempo de fazermos uma retribuição desta ajuda que os americanos deram em tempos e colocarmos a África numa situação de desenvolvimento que atenuate este movimento.*

*Só assim é que poderemos ir longe, mas para isso, Sr. Presidente do Conselho, não pode haver um orçamento 1.0, com um orçamento de 1.0 não haverá solução de nenhum problema e muito menos do problema das migrações”.*

**Maria João Rodrigues (S&D)** *“Madam President, the recent European Council proved that something is wrong in the European Union because we have in front of us a clear choice. On the one hand is the option of a Europe that exploits citizens’ fears and advises a return to national borders, or of foot-dragging on important reforms, such as that of the eurozone for which we have been waiting for 10 years. On the other hand is the option of finally putting on the table at the European Council the proposals which we know about and know should be adopted. The choice can no longer be delayed because if we delay until December, then forget it! We are just paving the way for the decline of European integration. It is easy to foresee that.*

*The European Council has come to a point where it needs to decide on another way: to use qualified majority voting, please, whenever this is possible, and it is possible on many of the blocked proposals. I would say to the Council: you have clear positions, majority positions from the European Parliament, giving you backing. Use this. Put on the table clear proposals for a clear definition from governments. We are in need of this.*

*There are four big proposals to be put on the table. The first is to organise a European border capable of protecting people in Europe and also of giving protection to those asking for refuge. A credible proposal for a partnership with Africa also needs to be put on the table because everybody knows that without this, there is no real solution. A proposal for agreement on the Multiannual Financial Framework (MFF), needs to be put on the table, providing cohesion and proper conditions for implementation of the European social pillar. And finally, on eurozone reform, yes, we have, so far, the only monetary zone in the world without fiscal capacity or deposit guarantee. The European Stability Mechanism needs to attain the capability framework and have the conditions for taking decisions. If these proposals are not put on the table, Mr Tusk and Mr Juncker, you will lose your own personal chance”.*

**João Pimenta Lopes (CEUE/EVN)** *“Senhora Presidente, permita-me uma expressão de solidariedade com a luta justa dos intérpretes.*

*As decisões do Conselho evidenciam o caráter desumano da resposta da UE às migrações. Erigem uma Europa Fortaleza, com respostas mais seletivas, beluínas e exploradoras. Propagandeiam a defesa a pretensas ameaças que, inexistentes, visam justificar políticas securitárias e militaristas. Criminalizam os que procuram um lugar seguro e avançam medidas que cerceiam, dentro e fora, as liberdades dos povos, alimentando sentimentos xenófobos e racistas. Integram as visões mais reacionárias na resposta a uma crise humanitária a que fecham os olhos.*

*A repetição do acordo UE-Turquia, a criação das arrepiantes plataformas de desembarque, autênticos campos de concentração patrocinados pela UE, traduzem uma incontornável violação do Direito Internacional, do resgate à não expulsão ou ao requerimento de asilo.*

*A sentença de morte de milhares de pessoas no Mediterrâneo tem a vossa assinatura, deixando reféns das redes de tráfico de seres humanos os que lhes escapem. Tais decisões não se dissociam, antes refletem e aprofundam a escalada militarista da UE ou as políticas que alimentam a exploração, a exclusão social, a pobreza, os cortes nas funções e políticas sociais, na saúde ou na educação, ou o garrote da dívida.*

*As recomendações específicas por país, aprovadas no âmbito do Semestre Europeu, ou as regras da zona euro traduzem-se em divergências económicas e sociais, em condicionalidades e imposições às políticas orçamentais e económicas, que comprometem a soberania nacional e são contrárias aos interesses de Portugal e do povo português e dos demais países”.*

**António Marinho e Pinto (ALDE)** *“Senhor Presidente, a Europa não pode absorver todos os refugiados que a procuram, seja do Médio Oriente seja de África, mas pode fazer mais, muito mais, para solucionar os conflitos e as guerras que geram esses refugiados. A Europa, como alguém já disse, não pode absorver toda a miséria de África, mas pode fazer mais, muito mais, para combater a pobreza nesse continente, até porque temos responsabilidades históricas muito especiais.*

*A Europa dominou África durante mais de 500 anos. A Europa desenhou as fronteiras internas de África e o resultado é este? É este o resultado do domínio europeu em África?*

*Há, portanto, muito a fazer. A solução não está em erguer muros, como alguns pretendem, nem em dizer, como alguns fazem, “Sejam bem-vindos, venham mais”, aos refugiados e migrantes que procuram a Europa. A solução está na assunção das responsabilidades históricas da Europa neste problema”.*

## **Presidente de Angola apela à UE a uma maior cooperação nas migrações e economia**

**O Presidente de Angola, João Lourenço, salientou a importância da cooperação com a União Europeia (UE) na procura de soluções para a crise migratória e a situação económica em África.**

A UE pode ter um papel importante de parceria com o continente africano para fazer face a desafios comuns, como as migrações, disse o Presidente angolano, João Lourenço, numa sessão solene hoje realizada no Parlamento Europeu (PE), em Estrasburgo.

O clima de conflitos internos, insegurança, crise económica e financeira e terrorismo em África tem como consequência diversas vagas de imigração para a Europa, lamentou o chefe de Estado angolano no seu discurso perante a assembleia europeia. *“Esta é uma situação que a todos nos envergonha”* e, por isso, é necessário, em parceria com a UE, promover oportunidades de um futuro melhor em África, reforçou. *“É nesta conformidade que apelamos à UE para estabelecer com o nosso continente um modelo de cooperação que a médio, longo prazo possa contribuir para reverter o atual quadro”*, disse o Presidente angolano, dirigindo-se aos eurodeputados de *“um dos espaços mais respeitados na promoção da democracia”*.

*“Contamos com a UE como um importante parceiro que nos pode ajudar a superar os*

*constrangimentos que ainda enfrentamos para colocar a economia angolana ao serviço do desenvolvimento, do progresso e do bem-estar das populações”,* indicou João Lourenço, salientando a necessidade de o país reduzir a dependência do setor petrolífero e a importância de atrair investimentos.

O presidente do PE, Antonio Tajani, salientou a importância de Angola no continente africano e o desejo de reforçar as ligações com África, que constitui uma prioridade para o PE. Defendendo a importância de manter um diálogo com Angola para a procura de soluções conjuntas para as migrações, Antonio Tajani reiterou a disponibilidade dos eurodeputados para apoiar o país nestes desafios.

### **Contexto**

João Lourenço, que sucedeu a José Eduardo dos Santos em setembro de 2017, foi o primeiro chefe de Estado angolano a discursar na assembleia europeia.

Angola exerce atualmente a presidência do órgão de cooperação nos domínios político, de defesa e segurança da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

A parceria entre Angola e a UE tem por base o Acordo de Parceria de Cotonu ACP-UE. As negociações para a renovação deste acordo, que expira em fevereiro de 2020, deverão ter início no próximo mês de agosto.

## **Estado de Direito e economia dominam debate com primeiro-ministro da Polónia**

**O primeiro-ministro polaco, Mateusz Morawiecki, foi o oitavo líder europeu a participar no ciclo de debates no Parlamento Europeu sobre o futuro da Europa.**

Os líderes dos principais grupos políticos questionaram Mateusz Morawiecki sobre a reforma do sistema judicial na Polónia, advertindo que esta representa uma ameaça para o Estado de Direito. A maioria dos eurodeputados criticou o governo de Varsóvia pela acumulação de poder, reiterando que a UE se baseia num conjunto de valores partilhados, que incluem o respeito pela democracia e pela separação de poderes.

### **Intervenções de Eurodeputados Portugueses:**

**Ana Gomes (S&D)** *“Mr President, as a Portuguese person who lived under totalitarian rule for part of her life, I should like to say to the Prime Minister that I feel a lot of sympathy and admiration for the Polish people and their liberation from totalitarian rule.*

*But I can only share the concerns and the outrage of my colleagues who see the rule of law being put under attack by your Government, Prime Minister. The brave people of Poland have become divided as you have been making slurs against people who are critics of your position – such as some Members of our Parliament, like Róża Gräfin von Thun und Hohenstein, Danuta Maria Hübner and Barbara Kudrycka and other brave women, who have been slurred as anti-patriotic.*

*I believe that the Polish people deserve much better. The Polish people are protesting vibrantly in the streets against the attacks on the rule of the law and basic human rights, in particular the rights of women, and I can only pay tribute to the head of the Supreme Court who went to work today – a brave, patriotic Polish woman”.*

## **Direitos de autor: Parlamento Europeu vota emendas ao texto em setembro**

**O plenário rejeitou o mandato de negociação da comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos sobre a proposta relativa aos direitos de autor, decidindo votar alterações ao texto em setembro.**

Por 318 votos contra, 278 a favor e 31 abstenções, o Parlamento Europeu (PE) rejeitou o mandato de negociação aprovado na comissão dos Assuntos Jurídicos no dia 20 de junho. Esta rejeição abre caminho à votação de alterações ao texto, que será assim debatido e submetido à votação de todos os eurodeputados na sessão plenária que decorre de 10 a 13 de setembro, em Estrasburgo.

O relator da comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos, Axel Voss (PPE, Alemanha) disse: *“Lamento que a maioria dos eurodeputados não tenha apoiado a posição defendida por mim e pela comissão parlamentar. Mas isto faz parte do processo democrático. Voltaremos a este assunto em setembro para uma análise mais aprofundada e para tentar dar resposta às preocupações manifestadas pelos cidadãos, adaptando as regras relativas aos direitos de autor à era digital”*.

### **Contexto**

A decisão da comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos de abrir negociações com os Estados-Membros sobre a proposta relativa aos direitos de autor foi anunciada em plenário na segunda-feira.

De acordo com o Regimento do PE (artigo 69.º-C), os eurodeputados tiveram até terça-feira, à meia noite, para decidir se colocavam o assunto na agenda de quinta-feira. Como mais de 10% dos eurodeputados assim o solicitaram, a votação sobre o apoio ou a rejeição do mandato de negociação realizou-se hoje em plenário.

Como o PE rejeitou o mandato de negociação aprovado em sede de comissão parlamentar, a proposta e alterações aos respetivos artigos serão votados na sessão plenária de setembro.

## **Segurança interna: PE aprova novo sistema europeu de informação e autorização de viagem**

**Os cidadãos de países terceiros isentos da obrigação de visto vão passar a necessitar de uma autorização de viagem para entrar no espaço Schengen, de acordo com nova legislação europeia.**

O Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS), aprovado no Parlamento Europeu (PE) por 494 votos a favor, 115 contra e 30 abstenções, irá permitir a realização de controlos prévios para avaliar se uma pessoa constitui um risco de segurança, migração irregular ou de saúde pública, podendo ser recusada a sua entrada antes de realizar a viagem.

O novo sistema, já acordado entre o PE e os Estados-Membros, deverá estar operacional em 2021, sendo aplicável a nacionais de mais de 60 países e territórios que estão atualmente isentos da obrigação de visto.

Os nacionais dos países que beneficiam da liberalização de vistos poderão continuar a viajar sem visto, mas terão de obter uma autorização de viagem antes de entrar no espaço

Schengen.

O requerente terá de responder se foi condenado por infrações penais, se esteve presente numa zona de guerra ou de conflito, especificando os motivos dessa estada, bem como se foi objeto de qualquer decisão de abandono do território de um Estado-Membro nos dez anos anteriores.

As informações apresentadas em cada pedido serão automaticamente verificadas nas bases de dados da União Europeia (UE) e da Interpol para determinar se existem motivos de recusa da autorização de viagem. Se não houver respostas positivas ou elementos que exijam uma análise mais aprofundada, a autorização será rapidamente emitida de forma automática. Espera-se que assim aconteça na maior parte dos pedidos. A autorização de viagem custará sete euros, sendo válida por três anos.

#### **Intervenções de Eurodeputados Portugueses:**

**Carlos Coelho (PPE)** *“Senhor Presidente, Senhor Comissário Avramopoulos, Caras e Caros Colegas, já em 2015, a propósito da Agenda Europeia para a Segurança, defendi que a nossa prioridade deviam ser os três grandes sistemas da União existentes: o Sistema de Informação de Schengen – o SIS –, o Eurodac e o VIS – o Sistema de Informação sobre Vistos.*

*A segurança dos cidadãos, a liberdade de circulação dos europeus e a integridade do espaço Schengen preservam-se através do reforço e da melhor utilização destes sistemas: um Eurodac melhorado e reformado para refletir os novos desafios ligados principalmente ao asilo, um Sistema de Informação de Schengen reforçado e melhor utilizado para refletir os novos desafios de segurança e, por fim, um Sistema de Informação sobre os Vistos, o VIS, reformado para refletir os desafios da mobilidade e migração.*

*Em vez de novos e múltiplos sistemas de informação, o nosso investimento e o nosso esforço deveriam ser centrados nos sistemas existentes, como, aliás, resultava claro das avaliações de Schengen.*

*O Eurodac está prestes a ver a sua reforma concluída. A reforma do sistema de informação de Schengen, na qual tive a honra de ser o vosso relator, acaba de ser concluída. Com a reforma do VIS, para a qual terei também a honra de ser relator deste Parlamento, iremos fechar este ciclo de reformas.*

*Obviamente que permaneço crítico relativamente ao método seguido e ao frenesim legislativo nesta área, que resulta da excessiva reatividade da Comissão aos pedidos dos Estados-Membros.*

*A despeito de tudo isto, o trabalho levado a cabo pela relatora Kinga Gál foi notável. O compromisso alcançado reflete bem a posição maioritária deste Parlamento. Mas sejamos claros: o desenvolvimento e a implementação deste sistema irão levantar inúmeros desafios, nomeadamente de cumprimento dos custos orçamentados. O escrutínio deste sistema, como de todo o pacote de sistemas de informação, terá de ser rigoroso”.*

## **Venezuela: PE apela a ajuda urgente para pessoas que fogem para países vizinhos**

**O Parlamento Europeu pediu à Venezuela que permita a entrada de ajuda humanitária no país e à UE que liberte fundos adicionais para ajudar as pessoas que fugiram para os países vizinhos.**

Os eurodeputados manifestaram *“profunda consternação e apreensão perante a devastadora situação humanitária na Venezuela”*, que provocou numerosas mortes e um afluxo sem precedentes de refugiados e migrantes aos países vizinhos. *“O governo venezuelano persiste na negação do problema”*, lamenta o Parlamento Europeu (PE) numa resolução hoje aprovada por 455 votos a favor, 100 contra e 29 abstenções.

No seguimento de uma delegação de eurodeputados que visitou a fronteira da Venezuela com a Colômbia e o Brasil de 25 a 30 de junho para avaliar o impacto da crise no terreno, o



PE exorta as autoridades venezuelanas a impedirem o agravamento da crise humanitária e a permitirem a entrada sem entraves de ajuda humanitária no país com caráter de urgência.

A assembleia europeia elogia a Colômbia, o Brasil e outros países e atores na região pela sua ajuda e solidariedade ativas relativamente aos refugiados e migrantes venezuelanos, instando também os Estados-Membros da União Europeia (UE) a proporcionarem “respostas imediatas”. Estas poderiam incluir, por exemplo, vistos humanitários, disposições especiais de permanência ou outros regimes migratórios regionais.

Os eurodeputados saúdam a ajuda humanitária atribuída até à data pela UE e apelam à concessão urgente de apoio humanitário suplementar, a libertar através de fundos de emergência, a fim de satisfazer as necessidades em rápido crescimento das pessoas afetadas pela crise venezuelana nos países vizinhos.

Francisco Assis foi o chefe da delegação do PE ao Brasil e José Inácio Faria integrou a missão à Colômbia.

### **PE apela à realização de novas eleições**

Afirmando que a crise humanitária atual radica numa crise política, o PE solicita a realização de novas eleições presidenciais na Venezuela, em conformidade com as normas democráticas reconhecidas internacionalmente e a ordem constitucional do país. Estas devem ter lugar num “quadro transparente, equitativo e justo que inclua a supervisão internacional”, sem exclusão de quaisquer partidos políticos ou candidatos e com pleno respeito dos direitos políticos de todos os venezuelanos.

A resolução nota que as eleições realizadas em 20 de maio “foram conduzidas sem observar as normas internacionais mínimas para um processo credível, não respeitando o pluralismo político, a democracia, a transparência e o Estado de direito”, o que colocou “restrições adicionais aos esforços para resolver a crise política”.

O governo legítimo resultante das novas eleições “deve resolver urgentemente a atual crise económica e social da Venezuela e procurar a reconciliação nacional”, diz o PE.

### **Contexto**

A Venezuela enfrenta uma crise política, social, económica e humanitária sem precedentes, que conduziu a um aumento do número de mortes e a cada vez mais refugiados e migrantes que fogem do seu país devido à falta de condições de vida básicas, como o acesso a produtos alimentares, água potável, serviços de saúde e medicamentos.

A Colômbia acolhe a maior parte das pessoas deslocadas, com mais de 820.000 venezuelanos a viver no seu território. O Brasil está também confrontado com um grande afluxo de pessoas. Todos os meses, entram em Roraima, um dos Estados mais pobres do Brasil, mais de 12.000 venezuelanos, 2.700 dos quais acabam por permanecer na cidade de Boa Vista. Estes já representam mais de 7% da população da cidade, estimando-se que, ao ritmo atual, haja mais de 60.000 venezuelanos a viver nesta localidade até ao final do ano.

Os países de acolhimento, sobretudo na América Latina, sentem cada vez mais dificuldades em prestar assistência aos recém-chegados. Na Europa, países como Espanha, Portugal e Itália são também cada vez mais afetados, nota a resolução do PE.

### **Intervenções de Eurodeputados Portugueses:**

**Fernando Ruas (PPE)** “Senhora Presidente, Senhor Comissário, à difícil crise política, social e económica que a Venezuela vive junta-se agora uma crise migratória sem precedentes, que tem abalado o equilíbrio regional, separado famílias, trazido a institucionalização de muitas crianças cujos pais imigraram e feito disparar os pedidos de asilo. De acordo com o recente relatório do ACNUR, em 2017, a Venezuela ocupou o quarto lugar na lista de pedidos de asilo do mundo, sendo apenas superada pelo Iraque, o Afeganistão e a Síria, ou

*seja, países que têm sido palco de guerras, sofrido intervenções militares e onde atuam violentos grupos extremistas. A migração forçada é, infelizmente, uma situação que persiste, que nos preocupa pelos efeitos nefastos que trará à Venezuela. Tudo devido à teimosia de um regime que insiste em atropelar as mais básicas regras democráticas e o respeito pelos direitos humanos, e ao qual faço um apelo ao diálogo com a oposição. De facto, as recentes eleições presidenciais, que ocorreram nas circunstâncias em que todos conhecemos, ficaram marcadas pela mais alta taxa de abstenção nas últimas décadas. Uma palavra para a Comissão, para o Conselho e para a ONU, pelo acompanhamento próximo, pelas sanções e pelo envio de apoio humanitário e financeiro para a Venezuela e os países vizinhos. Também os governos e a administração dos países recetores de migrantes, nomeadamente o Brasil e a Colômbia, pelos seus notórios esforços em ajudar as largas centenas de pessoas que todos os dias chegam às suas fronteiras e que justificam os apoios pecuniários a esses países vizinhos. Termino congratulando este Parlamento, pelo seu papel de denúncia destas situações, na busca de factos e no apoio possível aos migrantes, sendo o mais recente exemplo a visita às fronteiras do Brasil e da Colômbia promovida pelo Presidente Tajani. Envio ainda uma palavra de solidariedade para a forte comunidade emigrante expatriada de cidadãos europeus que vivem e trabalham na Venezuela, entre as quais, a significativa comunidade portuguesa”.*

**Francisco Assis (S&D)** *“Senhora Presidente, Senhor Comissário, Caros Colegas, estive, na semana passada, no Brasil. Como sabem, uma delegação deslocou-se à Colômbia e outra ao Brasil. A situação no Brasil não tem a dimensão da situação na Colômbia, o número de refugiados ou de migrantes é substancialmente menor, mas não deixa de ser uma situação particularmente grave, por uma razão muito simples: o estado brasileiro que faz fronteira com a Venezuela é o estado de Roraima, é um dos Estados mais pobres do Brasil e é um estado que está separado do resto do território brasileiro pelo sistema amazónico. As pessoas que chegam a Roraima têm muitas dificuldades em transitar para outras regiões, para outros estados do Brasil, ou até para outros países, o caso da Argentina e do Chile, para os quais alguns dos venezuelanos se queriam dirigir. Duas coisas que constatei. Em primeiro lugar, o profundo desespero daquelas pessoas que abandonaram o seu país pela simples razão de que escasseiam os bens fundamentais, os bens alimentares, medicamentos e acesso a tratamento médico, e foi num estado de profundo desespero que aquelas pessoas se decidiram por deixar a Venezuela e partir para o Brasil, sempre com vontade de regressar, o mais rapidamente possível, ao seu país de origem. Em segundo lugar, a boa resposta das autoridades brasileiras, que, em excelente articulação com as cinco agências das Nações Unidas que estão a operar no terreno, deu uma excelente resposta no plano da emergência e está agora preocupada em garantir aquilo que designam pela “interiorização” dos venezuelanos no Brasil, isto é, a sua transferência para outros estados. Creio que União Europeia tem de continuar atenta a esta situação. Hoje, falo mais da dimensão humanitária, menos, porventura, da questão política, embora na questão política concorde em absoluto com aquilo que aqui acabou de ser dito e que consta da nossa recomendação e tem sido reiteradamente assumido por nós, mas, do ponto de vista humanitário, temos de estar atentos e temos de prestar o maior apoio possível àqueles países que, neste momento, estão a acolher refugiados e migrantes venezuelanos em péssimas condições”.*

**Ana Gomes (S&D)** *“Senhora Presidente, a catástrofe humanitária mostra a Venezuela a caminho do Estado falhado. Um bando de ladrões ligado ao narcotráfico saqueia as riquezas naturais, com o inacreditável custo de milhares de mortos em 2018, já, pela fome e pela falta de medicamentos. Fogem 50 mil venezuelanos por dia, afetando dramaticamente os países vizinhos. À União não basta condenar a farsa eleitoral e impor sanções direcionadas. Tem de ajudar a desarticular a ladroagem que reúne figuras da oposição e do regime e de se empenhar na capacitação de ativistas sociais, líderes estudantis, novas forças na política e nos media que assumam e promovam as mudanças necessárias. Isto implica estratégia e recursos. Não é com pequenos programas humanitários administrados a partir do Brasil que a União Europeia vai fazer a diferença. Ao Parlamento Europeu não cabe esperar por bons officios de outros. É tempo de mandarmos missões de grupos políticos, de fundações, de ONG e de outras entidades e de apoiarmos programas de capacitação para ajudarmos a dar protagonismo e força aos venezuelanos que possam liderar a mudança e estancar a catástrofe. Em Portugal, vemos chegar em desespero os nossos retornados da Venezuela. É*

*tempo de trabalharmos com eles para a mudança. Deixemo-nos de paninhos quentes quanto ao regime de Maduro, que cai de podre”.*

**Nuno Melo (PPE)** *“(O orador inicia a intervenção com o microfone desligado) ... à Coreia do Norte, que se contam em milhões de vítimas, a Venezuela é só o exemplo mais recente do que acontece de cada vez que o comunismo ascende ao poder. É sempre assim, foi sempre assim. Enquanto debatemos, ficamos a saber que a poliomielite, uma doença trágica e erradicada há décadas no país, para que há vacinas, surgiu na Venezuela. Mais de dois milhões de venezuelanos abandonaram o país. A imprensa, antes livre, foi extinta ou nacionalizada. Pessoas que contestem o regime são assassinadas ou presas por delito de opinião. Falta comida e faltam medicamentos. Caracas é já a cidade mais perigosa do mundo. O país isola-se e no estertor, entre simulacros eleitorais, Nicolás Maduro ameaça, dizendo-se disposto a pegar em armas e em fazer outra revolução, se o poder mudar, pelo voto, de mãos. São, nessa medida, os comunistas que aqui defendem este regime no Parlamento Europeu corresponsáveis por mais esta tragédia em relação a um povo que só comete o pecado de querer ser livre. Não temos dúvidas: ficamos do lado da democracia, do lado da liberdade, do lado da decência”.*

**José Inácio Faria (PPE)** *“Senhora Presidente, tinha aqui um discurso escrito mas alterei-o sensivelmente e quero também cumprimentar o Senhor Comissário. Sr. Comissário, na semana passada, estive integrado também na delegação desta Casa à Colômbia, mais precisamente à cidade de Cúcuta, e, colegas, o que ali vi foi literalmente de cortar o coração. Vi um povo inteiro com fome, com doenças, perseguido, atravessando aquela fronteira, trazendo consigo e como únicos pertences a roupa que traziam no corpo. Vi gente com o olhar vazio, sem expressão, sem qualquer esperança no seu futuro. Sr. Comissário, quero agradecer-lhe, sei o trabalho que tem, o que o senhor e a alta representante têm envidado para ajudar aquele povo martirizado, em que se encontram cidadãos do meu país, de Portugal, e, como já foi dito aqui, não se trata de uma crise com origem em qualquer calamidade natural, em resultado de guerra ou conflito étnico, mas sim de um desastre socioeconómico de proporções gigantescas, criado por um regime ditatorial, repressivo e criminoso. Termino, Sra. Presidente, apelando ao Sr. Comissário e a toda a comunidade internacional para que, como foi pedido pelo alto-comissário da ACNUR, seja outorgado o estatuto de refugiados ao povo venezuelano. Peço também que, no momento oportuno, o Sr. Maduro e os seus sequazes sejam julgados no Tribunal Penal Internacional por aquilo que são, de facto, crimes de lesa-humanidade”.*

**João Pimenta Lopes (CEUE/EVN)** *“Senhora Presidente, tudo vale para criar as condições que justifiquem uma intervenção na Venezuela. A narrativa para procurar e inventar uma crise humanitária, agora uma crise migratória, não conhece limites. A primeira é desmentida por relatórios da ONU, a segunda são os próprios dados do Eurostat que a desmentem com níveis negligenciáveis de aprovações de pedidos de asilo na União Europeia. Ninguém nega, nem as autoridades venezuelanas, a grave crise económica que o país atravessa, os seus impactos sociais e o aumento dos fluxos migratórios, resultado das sanções, do boicote económico ou do apoio à desestabilização interna e da violência resultante. Portugal registou entre 2011 e 2017 três quartos de milhão de imigrantes, 309 mil permanentes, resultado das vossas políticas da troica e de austeridade. Em comum, encontramos políticas sancionadas pela União Europeia, de cariz intervencionista, que promovem a pobreza, as desigualdades, que atentam à soberania dos Estados e que não servem os interesses dos povos, em particular os interesses da comunidade portuguesa na Venezuela, tão pouco do povo português”.*

# Ordem do dia 2 a 5 de Julho de 2018

## ► Segunda-feira, 2 de Julho

**17:00 - 23:00**

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa - *Relatório: Françoise Grossetête (A8-0037/2018)*

Estatísticas integradas sobre explorações agrícolas - *Relatório: Maria Gabriela Zoană (A8-0300/2017)*

Violações dos direitos dos povos indígenas no mundo - *Relatório: Francisco Assis (A8-0194/2018)*

Rumo a uma estratégia externa da UE contra os casamentos precoces e forçados - *Relatório: Charles Goerens (A8-0187/2018)*

Diplomacia climática - *Relatório: Arne Lietz, Jo Leinen (A8-0221/2018)*

73.<sup>a</sup> Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas - *Relatório: Eugen Freund (A8-0230/2018)*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Papel das cidades no quadro institucional da União - *Relatório: Kazimierz Michał Ujazdowski (A8-0203/2018)*

Impressão tridimensional: direitos de propriedade intelectual e responsabilidade civil - *Relatório: Joëlle Bergeron (A8-0223/2018)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

## ► Terça-feira, 3 de Julho

**09:00 - 11:50**

Balanço da Presidência búlgara do Conselho - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Apresentação do programa de trabalho da Presidência austríaca - *Declarações do Conselho e da Comissão*

**12:00 - 14:00 - Votação**

Acordo de Cooperação entre a UE e a Agência para a Segurança da Navegação Aérea em África e em Madagáscar - *Recomendação: Jerzy Buzek (A8-0213/2018)*

Renovação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a UE e os EUA - *Recomendação: Rolandas Paksas (A8-0212/2018)*

Empresa Comum Europeia para a Computação de Alto Desempenho - *Relatório: Zigmantas Balčytis (A8-0217/2018)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2017/009 FR/Air France - *Relatório: Alain Lamassoure (A8-0210/2018)*

Papel das cidades no quadro institucional da União - *Relatório: Kazimierz Michał Ujazdowski (A8-0203/2018)*

Impressão tridimensional: direitos de propriedade intelectual e responsabilidade civil - *Relatório: Joëlle Bergeron (A8-0223/2018)*

Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa - *Relatório: Françoise Grossetête (A8-0037/2018)*

Estatísticas integradas sobre explorações agrícolas - *Relatório: Maria Gabriela Zoană (A8-0300/2017)*

Notificação de projetos de investimento em infraestruturas energéticas: revogação - *Relatório: Barbara Kappel (A8-0211/2018)*

Medidas destinadas a reforçar a cooperação administrativa no domínio do imposto sobre o valor acrescentado - *Relatório: Roberts Zīle (A8-0215/2018)*

Violações dos direitos dos povos indígenas no mundo - *Relatório: Francisco Assis (A8-0194/2018)*

Diplomacia climática - *Relatório: Arne Lietz, Jo Leinen (A8-0221/2018)*

## **15:00 - 23:00**

Conclusões da reunião do Conselho Europeu de 28 e 29 de junho de 2018 - *Declarações do Conselho Europeu e da Comissão*

Debate conjunto - Pacote sobre mobilidade

Requisitos de aplicação e regras específicas para o destacamento de condutores no domínio do transporte rodoviário - *Relatório: Merja Kyllönen (A8-0206/2018)*

Tempos de condução diários e semanais, pausas e períodos de repouso mínimos e posicionamento por meio de tacógrafos - *Relatório: Wim van de Camp (A8-0205/2018)*

Adaptação às evoluções no setor do transporte rodoviário - *Relatório: Ismail Ertug (A8-0204/2018)*

Crise migratória e situação humanitária na Venezuela e nas suas fronteiras - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Surto de ébola na República Democrática do Congo - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Orientações para os Estados-Membros evitarem a criminalização da ajuda humanitária - *Pergunta oral (O-000065/2018 - B8-0034/2018)*

Definição de PME - *Pergunta oral (O-000050/2018 - B8-0031/2018)*

Debate conjunto - Acordo de Parceria entre a UE e a CEEA, por um lado, e a Arménia, por outro

Acordo de Parceria entre a UE e a CEEA, por um lado, e a Arménia, por outro - *Recomendação: László Tőkés (A8-0177/2018)*

Acordo de Parceria entre a UE e a CEEA, por um lado, e a Arménia, por outro (resolução) - *Relatório: László Tőkés (A8-0179/2018)*

## **► Quarta-feira, 4 de Julho**

### **09:00 - 11:30**

Debate com o Primeiro-Ministro da Polónia, Mateusz Morawiecki, sobre o futuro da Europa

### **11:30 - 12:00 - VOTAÇÃO**

Programa de Apoio às Reformas Estruturais: dotação financeira e objetivo geral - *Relatório: Ruža Tomašić (A8-0227/2018)*

Reforma da lei eleitoral da União Europeia - *Recomendação: Jo Leinen, Danuta Maria Hübner (A8-0248/2018)*

Acordo de Parceria entre a UE e a CEEA, por um lado, e a Arménia, por outro - *Recomendação: László Tőkés (A8-0177/2018)*

Acordo de Parceria entre a UE e a CEEA, por um lado, e a Arménia, por outro (resolução) - *Relatório: László Tőkés (A8-0179/2018)*

Acordo de Parceria e de Cooperação UE-Iraque - *Recomendação: Tokia Saïfi (A8-0222/2018)*

Acordo de Parceria e de Cooperação UE-Iraque (resolução) - *Relatório: Tokia Saïfi (A8-0224/2018)*

Acordo UE-Nova Zelândia relativo à alteração de concessões previstas na pauta aduaneira (adesão da Croácia) - *Recomendação: Daniel Caspary (A8-0220/2018)*

Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu: sistemas de compensação e de pagamentos - *Relatório: Gabriel Mato, Danuta Maria Hübner (A8-0219/2018)*

Impostos sobre veículos: imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infraestruturas - *Relatório: Deirdre Clune (A8-0200/2018)*

Projeto de orçamento retificativo n.º 2/2018: inscrição do excedente do exercício de 2017 - *Relatório: Siegfried Mureşan (A8-0209/2018)*

Projeto de orçamento retificativo n.º 3/2018: prorrogação do Mecanismo em Favor dos Refugiados na Turquia - *Relatório: Siegfried Mureşan (A8-0246/2018)*

Decisão Delegada da Comissão que concede uma garantia da UE ao Banco Europeu de Investimento no âmbito de projetos de investimento fora da União, no que diz respeito ao Irão - *Objeção nos termos do artigo 105.º, n.º 3*

Rumo a uma estratégia externa da UE contra os casamentos precoces e forçados - *Relatório: Charles Goerens (A8-0187/2018)*

Definição de PME - *Propostas de resolução*

Negociações sobre o Acordo Global UE-Azerbaijão - *Relatório: Norica Nicolai (A8-0185/2018)*

Requisitos de aplicação e regras específicas para o destacamento de condutores no domínio do transporte rodoviário - *Relatório: Merja Kyllönen (A8-0206/2018)*

Tempos de condução diários e semanais, pausas e períodos de repouso mínimos e posicionamento por meio de tacógrafos - *Relatório: Wim van de Camp (A8-0205/2018)* 9

Adaptação às evoluções no setor do transporte rodoviário - *Relatório: Ismail Ertug (A8-0204/2018)*

Abertura de negociações com vista a um acordo UE-Jordânia sobre o intercâmbio de dados pessoais para combater a criminalidade grave e o terrorismo - *Relatório: Claude Moraes (A8-0232/2018)*

Abertura de negociações com vista a um acordo UE-Turquia sobre o intercâmbio de dados pessoais para combater a criminalidade grave e o terrorismo - *Relatório: Claude Moraes (A8-0233/2018)*

Abertura de negociações com vista a um acordo UE-Israel sobre o intercâmbio de dados pessoais para combater a criminalidade grave e o terrorismo - *Relatório: Claude Moraes (A8-0235/2018)*

Abertura de negociações com vista a um acordo UE-Tunísia sobre o intercâmbio de dados pessoais para combater a criminalidade grave e o terrorismo - *Relatório: Claude Moraes (A8-0237/2018)*

Abertura de negociações com vista a um acordo UE-Marrocos sobre o intercâmbio de dados pessoais para combater a criminalidade grave e o terrorismo - *Relatório: Claude Moraes (A8-0238/2018)*

Abertura de negociações com vista a um acordo UE-Líbano sobre o intercâmbio de dados pessoais para combater a criminalidade grave e o terrorismo - *Relatório: Claude Moraes (A8-0234/2018)*

Abertura de negociações com vista a um acordo UE-Egito sobre o intercâmbio de dados pessoais para combater a criminalidade grave e o terrorismo - *Relatório: Claude Moraes (A8-0236/2018)*

Abertura de negociações com vista a um acordo UE-Argélia sobre o intercâmbio de dados pessoais para combater a criminalidade grave e o terrorismo - *Relatório: Claude Moraes (A8-0239/2018)*

#### **12:00 - 12:30 Sessão solene**

Alocação de João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola

#### **12:30 - 14:00 Continuação da votação seguida de declarações de voto**

#### **15:00 - 23:00**

Conclusão do terceiro programa de ajustamento económico para a Grécia - *Declaração do Presidente do Eurogrupo*

As recentes declarações do Ministro do Interior de Itália sobre as populações sinti e ciganas e os direitos das minorias na UE - *Debate sobre temas de atualidade (artigo 153.º-A do Regimento)*

Debate conjunto - Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS) 11

Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS) - *Relatório: Kinga Gál (A8-0322/2017)*

Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS): tarefas da Europol - *Relatório: Kinga Gál (A8-0323/2017)*

Orçamento 2019 - Mandato para o trólogo - *Relatório: Daniele Viotti (A8-0247/2018)* 12

Disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União - *Relatório: Ingeborg Gräßle, Richard Ashworth (A8-0211/2017)*

Adequação do nível de proteção assegurado pelo Escudo de Proteção da Privacidade UE-EUA - *Declaração da Comissão*

Efeitos negativos sobre os cidadãos da UE resultantes da legislação dos EUA relativa às obrigações fiscais dos titulares de contas no estrangeiro - *Pergunta oral (O-000052/2018 - B8-0033/2018) (O-000053/2018 - B8-0032/2018)*

► **Quinta-feira, 5 de Julho**

**09:00 - 11:50**

Participação das pessoas com deficiência nas eleições europeias - *Declaração da Comissão*  
Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Crise política na Moldávia, na sequência da anulação dos resultados das eleições municipais em Chisinau

Somália

Burundi

**12:00 - 14:00 VOTAÇÃO**

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Direitos de autor no mercado único digital - *Relatório: Axel Voss (A8-0245/2018)*

Iniciativa de cidadania europeia - *Relatório: György Schöpflin (A8-0226/2018)*

Lançamento do intercâmbio automatizado de dados de ADN na Croácia - *Relatório: Jaromír Štětina (A8-0225/2018)*

Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS) - *Relatório: Kinga Gál (A8-0322/2017)*

Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS): tarefas da Europol - *Relatório: Kinga Gál (A8-0323/2017)*

Disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União - *Relatório: Ingeborg Gräßle, Richard Ashworth (A8-0211/2017)*

Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça - *Relatório: Monica Macovei (A8-0404/2017)*

Orçamento 2019 - Mandato para o tríplice - *Relatório: Daniele Viotti (A8-0247/2018)*

73.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas - *Relatório: Eugen Freund (A8-0230/2018)*

Crise migratória e situação humanitária na Venezuela e nas suas fronteiras - *Propostas de resolução*

Orientações para os Estados-Membros evitarem a criminalização da ajuda humanitária - *Propostas de resolução*

Adequação do nível de proteção assegurado pelo Escudo de Proteção da Privacidade UE-EUA - *Propostas de resolução*

Efeitos negativos sobre os cidadãos da UE resultantes da legislação dos EUA relativa às obrigações fiscais dos titulares de contas no estrangeiro - *Propostas de resolução*

Estatuto para as empresas sociais e solidárias - *Relatório: Jiří Maštálka (A8-0231/2018)*

**15:00 - 16:00 Interpelações extensas**

Interpelações extensas (Artigo 130.º-B do Regimento)

O-000058/2018